



Estado do Rio Grande do Sul  
Assembleia Legislativa

# Do Colégio Sion ao

# Planalto

Um relato da trajetória dos 35 anos do Partido dos Trabalhadores

**ARGUMENTO**



# Apresentação

O texto que segue não é uma síntese histórica dos 35 anos do Partido dos Trabalhadores. Sua motivação está influenciada pela data de 10 de fevereiro de 2015, quando completamos mais um aniversário, mas, repito, não é uma história do PT Nacional e sim, uma reflexão pessoal, vivida, dessas três décadas e meia na construção de uma experiência partidária que produziu profundas mudanças na vida política do país.

Em outros momentos semelhantes fiz pronunciamentos na tribuna da Assembleia Legislativa, escrevi artigos homenageando a data e reproduzi números e dados sobre essa trajetória para que não perdêssemos a memória e mantivéssemos um fio condutor dessa verdadeira epopeia.

Foram referências importantes para esta reflexão de olhar pessoal e regional, mas não há consideração maior do que esses 35 anos serem simultâneos ao início de um quarto mandato presidencial conquistado pelo PT e seus aliados. Em especial, do povo brasileiro, que, majoritariamente não filiado aos partidos que sustentaram a candidatura da presidenta Dilma, votou em um projeto com o qual se identifica e que defende seus interesses e reivindicações.

Tendo vivido, intensamente, esses 35 anos, dia a dia, na construção do partido, em suas direções municipais à direção nacional, em suas representações parlamentares e nas ricas experiências administrativas que impulsionamos, espero socializar com os leitores as lembranças, as vitórias, as derrotas e, agora, as esperanças e as angústias sobre os entaves e os rumos da democracia brasileira na encruzilhada em que nos encontramos.

Em tempo: Os anexos, uma síntese dos nossos Encontros e Congressos e as estatísticas de alguns indicadores, servem para auxiliar novas leituras, pesquisas e a sustentação dos argumentos desenvolvidos.

Boa Leitura,

**Raul Pont**

Professor e deputado estadual

Janeiro de 2015

# Do Colégio Sion ao Planalto

## **Um relato da trajetória dos 35 anos do Partido dos Trabalhadores**

No momento em que festejamos os 35 anos do Partido dos Trabalhadores, queremos inicialmente registrar que esta é uma referência também aos partidos brasileiros e movimentos sociais que se organizaram de 1980 para cá, constituindo um novo momento, uma nova etapa na vida político-administrativa do país. Todos são responsáveis pela consolidação da democracia brasileira, ainda que tenha se ampliado junto a consciência dos seus limites e da necessidade de uma reforma político-eleitoral que supere suas maiores mazelas: o financiamento privado, o voto nominal e a coligação proporcional.

Estamos vivendo – é sempre bom recordar – o mais longo período democrático da nossa história republicana, sempre dominada por períodos oligárquicos e regimes autoritários e ditatoriais. São, apenas, pouco mais de três décadas que dão a dimensão no tempo de quanto precisamos avançar na construção democrática.

Festejamos nossos aniversários exatamente para manter viva na memória a história das nossas lutas, das lutas do povo brasileiro. Todos nós, o PT e os demais partidos, devemos nos orgulhar de já contarmos com 35 anos de uma nova etapa da democracia brasileira, com verdadeira liberdade de organização política a todo e qualquer partido. Isso por si só já é uma grande conquista, uma grande vitória. Não é demais recordar que apenas na Constituição de 1946 tivemos garantida a livre organização partidária e que durou muito pouco tempo, pois em 1947, o próprio Congresso cassou o registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de seu senador e deputados federais e estaduais.

Há 35 anos, no memorável 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, delegações de 17 Estados brasileiros fundaram o PT. Por ironia da história, o aristocrático Bairro Higienópolis serviu de berço para a nova vanguarda do movimento sindical dos anos 70 liderar a formação de um partido classista no país. Diferente dos outros parti-

dos, nascidos dentro do Congresso já existente, o PT foi o primeiro partido a garantir sua existência pela organização da base em, no mínimo, 20% dos municípios desses 17 estados brasileiros e com a eleição de sua direção pelo voto dos delegados de todo o país, em 1º de junho de 1980, no Instituto Sedes Sapientae (SP).

Nascemos numa conjuntura de declínio e crise do regime militar de 1964. O autoritarismo da ditadura e seu sistema político-bipartidário imposto não mais suportavam o rápido desenvolvimento industrial e os novos atores sociais que o crescimento econômico do “milagre brasileiro” produzira. A urbanização e a industrialização cobravam seu preço. A ditadura militar com seu autoritarismo e centralização não tinha mais como conter a luta democrática e o avanço das mobilizações da juventude e das reivindicações populares.

O PT foi uma expressão política daquele momento histórico do Brasil. Crescemos no bojo das grandes greves do final dos anos 70 no ABCD e em várias capitais e grandes cidades, sob a liderança dos principais dirigentes sindicais que as lutas sociais produziram naquele período.

A singularidade histórica daquele momento foi a conjunção de uma profunda crise de dominação do regime militar, com um ascenso dos movimentos sociais, em especial o sindical, e a reorganização partidária para superar a falência representativa do bipartidarismo consentido, expresso na Arena e MDB.

Desde os primeiros passos do Movimento Pró-PT, em 1978, foi possível integrar nessa construção os mais expressivos líderes sindicais e a maior parte dos grupos e personalidades da esquerda marxista que, nos anos 60, romperam com o populismo e com as concepções stalinistas predominantes da esquerda na época. Sabíamos que a heterogênea frente de resistência democrática em torno do velho MDB encerrava seu ciclo. A conquista da reorganização partidária exigia a ousadia de um partido classista e socialista. Nem o trabalhismo de Leonel Brizola, nem a reorganização do PSB seriam alternativas para essa nova vanguarda. Muito menos a frente de resistência democrática do MDB, que dominada por parlamentares e grupos regionais caminharia para o centro e a conciliação com a estratégia “lenta e segura” do regime militar.

Da mesma forma, os dois PCs no Brasil também não se constituíram como alternativa. Viviam uma grande crise programática de seus históricos modelos de referência, além da dura repressão sofrida nos anos 1970. Optaram pela manutenção da ampla frente no PMDB, ocupando espaços no interior desse partido por mais alguns anos.

A luta pela organização partidária independente dos trabalhadores, herança das tentativas buscadas desde as primeiras décadas do século, tornou-se realidade pelo amadurecimento capitalista no Brasil e o surgimento de uma nova vanguarda ancorada nas experiências e avanços teóricos programáticos desenvolvidos a partir dos anos 60 por setores da esquerda brasileira.

Apesar do golpe de 64 e a traumática consequência para o campo popular, a esquerda na segunda metade da década produziu uma profunda reinterpretação da história do Brasil, de sua formação socioeconômica e do comportamento das classes sociais e dos seus partidos. Forjou-se um novo caminho, uma nova estratégia da revolução brasileira. A ruptura com o passado, no entanto, cobrou um alto preço pelo doutrinarmismo, pelo vanguardismo dessas correntes que rompiam com o stalinismo sem ainda terem amadurecido e praticado um programa de luta socialista em condições adversas de uma ditadura militar. O aprendizado foi duríssimo. Prisões, torturas, mortes, exílio, mas a busca da construção de uma nova alternativa estava lançada.

A presença de uma nova geração de lideranças sindicais, crítica à estrutura sindical atrelada ao Estado que vinha do autoritarismo do Estado Novo, encontrou respaldo numa nova geração de socialistas, que se forjou na resistência ao regime militar, na crítica ao reformismo e nas lutas estudantis dos anos 60 e 70. À nova vanguarda aderiram amplos setores do movimento eclesial de base da Igreja progressista. Essa origem tornou o PT inédito entre outras experiências na esquerda internacional. O Partido não foi fruto de um punhado inicial de militantes em torno de um jornal de propaganda e organização, nem da clássica cisão de uma força política histórica anterior.

O PT nasceu das lutas sociais daquela conjuntura e soube fazer a fusão de vertentes sociais que vinham do sindicalismo combativo, da resistência dos grupos de esquerda e dos movimentos comunitários urbanos. Não nascemos dentro do Congresso – como a lei previa e possibilitava facilidades –, mas da base, da livre organização dos movimentos sociais que enfrentavam o regime militar, mas não se sentiam representados nos partidos de elite e nas tradicionais conciliações das classes dominantes brasileiras.

A palavra de ordem marcante dos primeiros anos – “um partido sem patrões” –, instintivamente, expressou essa vontade classista, mas simbolizou também o partido sem chefes, sem caudilhos, sem donos. Um pouco doutrinário, instintivamente basista, o PT foi, desde os primeiros momentos, muito plural e profundamente democrático e tolerante.

A presença de figuras históricas e simbólicas na fundação do Partido, como Mário Pedrosa, Antônio Cândido, Apolônio de Carvalho, Manoel da Conceição, Hermínio Sacchetta, Sérgio Buarque de Holanda, dentre outros, lembrava às novas gerações de sindicalistas, como Jacó Bittar, Henos Amorina, José Ibrahim, Lula, Olívio Dutra, Paulo Skromov, Wagner Benevides, Clóvis Ilgenfritz e outros, aos jovens socialistas e cristãos progressistas, que retomávamos, também, fortes tradições das lutas revolucionárias e antistalinistas da esquerda no Brasil.

Para driblar as imposições da ainda vigente Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), que vinha da ditadura, o PT criou um sistema paralelo para realizar sua democracia interna: os Encontros, que eram realizados por Regimento Interno, que não seguia a LOPP. Realizávamos os nossos Encontros e depois os ratificávamos em Convenções oficiais. Na primeira década, realizamos sete encontros que decidiram linhas de ação, candidaturas, programa e elegíamos as direções partidárias. Em 1990, no VII Encontro, pela primeira vez, foi garantido o direito de proporcionalidade nas direções executivas do Partido. Momento histórico da confirmação da democracia interna do PT. Essa decisão é histórica e marca uma das características essenciais do PT desde sua origem: a democracia interna. Desde a fundação, o PT foi profundamente democrático. As direções executivas, no entanto, não refletiam a mesma proporcionalidade de seus diretórios. A decisão do Encontro de 1990 consolidou essa experiência inédita na tradição da esquerda brasileira e mundial. Até hoje, são raros os partidos no campo da esquerda que garantem o direito de tendências organizadas em seu interior e a representação proporcional dessas tendências nas direções respectivas. Não há dúvida de que esse princípio organizativo foi uma das razões fundamentais para garantir a unidade partidária e justificar o crescimento que tivemos nessas três décadas. Nesse encontro, em continuidade ao debate iniciado em 1987 (5º Encontro Nacional) foi aprovada a tese sobre “O Socialismo Petista”, verdadeiro marco estratégico-programático quando o Partido define-se por uma estratégia socialista distinta da experiência burocrática e antidemocrática que entrava em crise na União Soviética e leste europeu.

No 1º Congresso, em 1991, o direito de tendência foi reafirmado – ele já vinha desde a nossa fundação – com a adoção de proporcionalidade nas direções executivas do partido e com a regulamentação das correntes no interior do PT. O 1º Congresso marcou a grande vitória alcançada pelas companheiras mulheres, que naquele momento garantiram um mínimo de 30% de presença em todas as instâncias diretivas do partido. Essas conquistas orgânicas superaram, também, uma velha discussão dos primeiros anos do partido. Se éramos um “Partido de massas” ou um “Partido de quadros”? Essa discussão nasceu equivocada, fruto do temor dos dirigentes sindicais de que os pequenos grupos orgânicos que estavam na fundação do PT não queriam construí-lo

como um “partido estratégico”, mas como um “partido tático”. Estavam no partido para tentar ganhar sua direção ou crescer e, num segundo momento, sair mais fortes. A dinâmica da luta social e os desafios de assumir governos acabou impondo a concepção “estratégica”. A aceitação do direito de tendência consolidou-se quando o próprio núcleo dirigente que, majoritariamente, vinha do movimento sindical organizou-se na chamada “Articulação dos 113”, origem da corrente majoritária atual, que assim como as demais correntes internas, foi se alterando, reposicionando, numa dialética determinada pelas lutas, enfrentamentos e desafios que o Partido viveu e continua vivendo. Pequenos grupos que passaram pelo PT saíram menores do que entraram e não foi por falta de democracia ou de direito de se organizarem e apresentarem suas teses. Saíram por uma visão sectária e estreita da luta política.

Essa concepção democrática plural, que não é contraditória com a unidade partidária, constituiu-se na nossa maior virtude orgânica e no nosso principal patrimônio político. Essa experiência garantiu a unidade e o crescimento ao longo desses 35 anos de existência. A democracia interna nos possibilitou corrigir ou mudar rumos da nossa própria prática e experiência vividas nos parlamentos, nas administrações e nas políticas públicas que desenvolvemos na sociedade.

Inauguramos uma nova prática e uma nova ética na política brasileira: controle dos eleitos pelo partido para evitar as tentações da burocratização e dos privilégios, bancadas sintonizadas com o partido e com os compromissos com os eleitores através da voluntária adoção da fidelidade partidária democraticamente construída e uma ação parlamentar e administrativa que coíbe privilégios, vantagens pessoais e a histórica visão patrimonialista que os políticos brasileiros sempre tiveram do Estado e dos bens públicos.

O PT contribuiu, igualmente, para estimular e organizar a ação independente dos movimentos sociais. A construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, constituiu-se numa referência na ruptura do sindicalismo de Estado praticado no Brasil desde o Estado Novo (1937/45). Período marcado pelo autoritarismo e pela repressão vividos no país.

Nosso apoio e solidariedade aos movimentos dos trabalhadores Sem Terra e Sem Teto e de outros segmentos da sociedade, excluídos pela marginalização de direitos e por preconceitos, fez com que parcelas da população confundissem a ação partidária com movimentos que são e devem ser autônomos e independentes. Às vezes são vistos ou acusados de serem “braços do PT”.

Ao longo destes 35 anos, estivemos na vanguarda das grandes jornadas nacionais, como a luta pela anistia, pelas eleições diretas, pela convocação de uma verdadeira Assembleia Nacional Constituinte soberana e exclusiva, quando fomos derrotados e não conseguimos estabelecer efetivamente esse instrumento para construir a nova Constituição. Estivemos também na luta, junto com a juventude e com o povo, no impedimento de Collor de Mello em 1992.

No Rio Grande do Sul, governamos por 16 anos a Prefeitura de Porto Alegre (1989/2004), onde construímos uma nova experiência de gestão pública que vai além da democracia representativa. Mostramos, por meio do Orçamento Participativo e dos variados instrumentos de democracia participativa, que a população, quando tem o poder de decisão, aprova mais e melhores serviços públicos e com isso há necessidade de fortalecimento do Estado em contraponto à política de exclusão e do Estado Mínimo dos neoliberais. Governamos importantes capitais como Fortaleza, São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia, Recife e outras centenas de municípios.

Provamos que autarquias e empresas públicas podem ser superavitárias quando administradas sem corrupção, com transparência e controle democrático da população. E também que são possíveis novas políticas educacionais, manter públicos e gratuitos os serviços de saúde, inovar e ser criativo na política de habitação social como um direito de cidadania.

Em 1998, chegamos ao governo do Estado no Rio Grande do Sul, pela primeira vez, com Olívio Dutra e a Frente Popular. Na primeira gestão do PT, apesar das dificuldades impostas pelo cenário federal e da conjuntura internacional adversa, o Rio Grande do Sul foi o Estado brasileiro com maior crescimento industrial. Além disso, consegui avançar na educação, saúde, transportes, turismo, segurança pública e bem-estar da população com participação popular, por meio do Orçamento Participativo, dos conselhos setoriais e dos movimentos sociais, e sem vender patrimônio público. Nosso partido soube permanecer contra a corrente e se constituir como a principal força oposicionista ao projeto neoliberal, era FHC, expressão local do capitalismo financeiro, que predominava em nível mundial.

Em janeiro de 2001, vivemos em Porto Alegre um salto de qualidade nesse processo. Para se contrapor ao 31º Fórum Econômico Mundial, em Davos, um conjunto de instituições e movimentos convocou para a Capital gaúcha o 1º Fórum Social Mundial, atividade que se tornou exemplo na luta contra o neoliberalismo e que ocorreu por cinco edições na cidade. A razão principal da escolha de Porto Alegre era exatamente a democracia participativa que a capital gaúcha praticava. Nada mais simbólico e ex-

pressivo para combater o neoliberalismo do que o protagonismo popular que práticas como o Orçamento Participativo proporcionavam.

Foram essas experiências e seu efeito demonstração, a trajetória singular de mais de duas décadas de uma nova forma de fazer política, com democracia, participação popular e transparência administrativa que garantiram a identidade política para alcançar o Palácio do Planalto. É bom recordar que esse processo ocorreu exatamente na contramão da hegemonia mundial do neoliberalismo. Ao longo dessas décadas por mais que avançasse o neoliberalismo no mundo e no Brasil, o PT resistia e continuava crescendo, em adesões e no crescimento de seus mandatos parlamentares e executivos (ver anexo estatístico no final).

As quatro campanhas presidenciais de Lula até a vitória foram um processo cumulativo baseado no crescimento do PT nas lutas sociais do país, nas experiências administrativas e legislativas do Partido e, principalmente, na perspectiva de futuro, de mudança, de utopia que significamos. A unidade dos partidos do centro e da direita com o projeto neoliberal de FHC contribuiu decisivamente para uma polarização onde o campo democrático popular e socialista aparecesse como alternativa.

Em 2002, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente, inauguramos um novo período histórico no País, de inclusão social, desenvolvimento econômico e soberania nacional como nunca tivemos em nossa história. Essa experiência recente comprovou que o investimento social, a distribuição de renda e o crescimento são caminhos para a solução dos problemas estruturais.

Esse processo, porém, inaugurou novos conflitos e contradições. A política de alianças e a busca da governabilidade via Congresso através de um acordo com o centro e até setores de centro-direita levaram a uma crise partidária e consequências que se arrastam até hoje. A “Carta aos Brasileiros” e os dois primeiros anos do governo Lula, sob a equipe econômica Pallocci – Meirelles, geraram uma quebra de expectativa e uma paralisação econômica que nos conduziu a uma séria crise política. Apesar da crítica crescente de várias correntes internas à política econômica dos primeiros anos, somente com o “Processo de Aceleração do Crescimento” (PAC) rompeu-se a lógica monetarista e subordinada ao viés neoliberal da era pallociana. A disputa interna no PT não ocorreu apenas na relação com a política econômica governamental e a política de alianças adotada em 2002. Muitos quadros afastaram-se do partido. A expulsão de deputados e da senadora Heloísa Helena foi traumática, pois o debate era essencialmente político, programático. As punições por maioria no Diretório Nacional justificaram-se nas questões formais e disciplinares.

A reforma estatutária no final do milênio teve, também, enormes consequências no futuro partidário.

Nos primeiros vinte anos o PT manteve-se fiel ao conceito de um partido militante e “dirigido pela base” com forte valorização orgânica através dos “núcleos”, instâncias de aglutinação e de ação organizada da militância. Os núcleos organizavam-se por local de trabalho, de moradia, de estudo e, mesmo sem um poder real de serem os instrumentos de delegação de poder interno, existiam e eram a porta de entrada no partido.

A convenção ou encontro de base municipal dava ao partido uma largada bastante democrática, pois o caráter pleno do Encontro Municipal ou por Zonas Eleitorais nas grandes cidades permitia uma ampla participação. Ali elegiam-se os delegados aos Encontros Estaduais e nestes a delegação ao Encontro Nacional.

O direito estatutário de tendências (correntes) internas garantia plenitude na iniciativa do debate e da proposição de temas contraditórios ou que ainda não haviam sido enfrentados pelo partido.

Essas características organizativas do PT davam singularidade ao partido no campo da esquerda no país e internacionalmente.

A reforma estatutária que substituiu o processo de delegação para os Encontros Estaduais e Nacional pelo Processo de Eleição Direta (PED), através do qual todos os filiados, em um único dia, votam em suas direções municipais, estaduais e nacional, com a eleição para presidente em separado das chapas, tinha um forte apelo de “mais democracia”. A apresentação de chapas unitárias ou de composição entre as correntes internas mantinha o direito democrático da pluralidade.

No entanto, outras consequências derivaram do processo de eleições diretas. Acentuou-se o personalismo presidencialista com a votação em separado. Mesmo com a circulação prévia das teses, perdeu-se o debate, o contraditório e a possibilidade de acordos políticos nos Encontros. O simples voto na urna passou a dominar o processo. Parâmetros flexíveis na contribuição financeira para ter direito de voto transformaram o PED em uma corrida sem critérios para novas filiações com o único objetivo de ter maioria no processo. Ressurgiu a prática do voto de cabresto e da substituição contributiva.

Tudo isso, apesar da “boa intenção do PED”, enfraqueceu a nucleação de base. As direções partidárias perderam terreno para os mandatos parlamentares e administrativos que passaram a ter mais força nesse método de arregimentação e controle dos eleitores.

Em resumo, de um partido militante, que ocupava espaços institucionais, o PT transformou-se em um instrumento eleitoral, interna e externamente. A isso se somaram outras distorções da política brasileira, como a figura da emenda parlamentar e o controle centralizado do Fundo Partidário e dos recursos privados (pessoas jurídicas) na Executiva Nacional do partido.

Essa transformação de um partido militante para um partido eleitoral, mantém-se até hoje apesar das pequenas reformas e ajustes nos últimos Encontros e Congressos buscando tornar mais rígido o controle sobre os filiados em dia com o partido, os prazos mais longos de filiação para exercer o direito de voto e os novos critérios de maior participação de gênero, de raça e de juventude nas direções.

São antídotos corretos, necessários, mas que sempre, na última hora, são relativizados – em especial a regra da contribuição financeira – para, pragmaticamente, não passar a ideia para a sociedade de que o partido encolheu, por diminuir os filiados em dia em relação ao último Encontro ou Congresso.

Essas distorções estão no cerne da crise vivida em 2005, quando os principais dirigentes do partido foram acusados de participar um esquema de corrupção com a sustentação de partidos aliados através de repasses financeiros a dirigentes desses partidos em troca do apoio parlamentar e governamental. Sem desconsiderar a lógica com a qual a mídia construiu sua versão do “mensalão” e com isso atingir o partido como um todo, a Ação Penal nº470, no STF, tornou-se um espetáculo midiático contra o PT frente a população brasileira cujo preço pagamos até hoje.

Ao não punir, exemplarmente, todos os implicados e afastá-los do partido, a maioria da direção nacional cometeu um grande erro. A crítica e a cobrança recaíram, ao longo de uma década, sobre o conjunto do partido, transformando-o em réu coletivo no processo judicial. Exatamente o maior desejo da mídia: criminalizar o PT. Esse equívoco prejudicou também os réus, pois sua exposição pública tinha como objetivo maior manter o vínculo, a relação com o PT, que sempre foi o objeto mais visado no processo judicial.

Mesmo assim, apesar do enorme desgaste sofrido, e que se estende até hoje, o presi-

dente Lula foi vitorioso na sua reeleição de 2006. Os programas sociais, a política de ganho real anual do salário mínimo, a mudança na política econômica e as obras do PAC garantiram a reeleição. A ida ao segundo turno e a polarização mais didática aos eleitores do que estava em jogo sustentou a vitória de Lula, mais uma vez. O PT, no entanto, perdeu seu caráter diferencial no quadro partidário brasileiro. De um partido inovador, revolucionário, ético, portador de uma utopia transformadora, passamos a ser “iguais” aos outros e às suas práticas.

Em 2010, reelegemos nosso projeto nacional com a eleição de Dilma Rousseff, a primeira mulher presidenta do Brasil. Na federação, o PT elegeu governador em quatro Estados e no Distrito Federal. A eleição da companheira Dilma correspondeu ao novo período político marcado não só pela superação do neoliberalismo como, sobretudo, pela possibilidade da construção de uma nova hegemonia no Brasil. Queremos construir uma alternativa antagônica à do privilégio e da miséria aviltante que ainda conhecemos entre nossa gente. Nossa proposta se baseia nos valores da igualdade social, da inclusão, da democracia participativa e da pluralidade. A defesa desse projeto é questão central e estratégica do nosso partido e deve definir o conjunto das ações governamentais, deste e do próximo período sob coordenação da presidenta.

No Rio Grande, retomamos o governo do Estado elegendo Tarso Genro governador. Ao longo dos últimos anos, nosso Estado não vinha conseguindo acompanhar o processo de desenvolvimento com distribuição de renda proposto pelo governo Lula. Ademais, esse período representou para o Rio Grande um retrocesso na participação popular e nos princípios de uma gestão pública republicana.

Com Tarso no governo do Estado e Dilma na presidência da República, retomamos nossa política de participação social estadual (Conselhão, Coredes, Consulta Popular), da implantação do Programa Estadual de Economia Solidária, de descentralização e democratização da política cultural, de recuperação da UERGS, ampliação e reforma pedagógica do ensino médio e de um projeto de desenvolvimento econômico e social com distribuição de renda e com base no mercado interno e no papel indutor do Estado. O fim dos contratos de pedágios privados e a criação da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) foi um dos pontos altos do governo Tarso, pela ruptura simbólica com um dos elementos centrais da política neoliberal que é a entrega de serviços públicos para a acumulação capitalista.

Dizíamos aqui que o partido nesse período cresceu enormemente do ponto de vista numérico e organizativo, das suas políticas, em especial no 4º Congresso (2011), quando garantimos no nosso estatuto a igualdade de gênero em todas as direções partidárias,

municipais, estaduais e nacional como uma grande conquista para que possamos avançar no processo democrático brasileiro. Da mesma forma, o PT foi também um dos responsáveis pela incorporação à política partidária no país das questões ambientais, do combate ao racismo e na defesa da livre orientação sexual.

No entanto, não passamos incólumes estes 35 anos. As vantagens e a hegemonia alcançadas pela implantação e o crescimento, por meio das vitórias parlamentares e das experiências administrativas, desafiam-nos, dialeticamente, com a cooptação e com o envolvimento numa teia poderosa de um Estado capitalista que queremos transformar. Essa cooptação está presente, permanentemente na rendição aos altos salários e vantagens materiais dos mandatos, do uso clientelístico e em benefício próprio das emendas parlamentares e as possibilidades de fraudes licitatórias, propinas e legislação que resultem em benefício e vantagens pessoais.

Sabemos que o crescimento do partido – de qualquer partido – e a ampliação de seus espaços parlamentares e administrativos tensionam cada vez mais esses princípios e valores. Vivemos, em 2005, após chegar à presidência da República, nosso maior teste na manutenção de nossa coerência e dos objetivos históricos destes 35 anos de existência, fato já comentado anteriormente.

A crise vivida pelo PT no período foi resultado da ruptura com os princípios do partido e com sua história. Nossas raízes ideológicas e valores socialistas foram diluídos em práticas políticas e alianças partidárias marcadas pelo pragmatismo, pela visão de que os fins justificam os meios. Muitos quadros nesta caminhada foram tragados pelos atalhos imediatistas dos cargos e por interesses pessoais concretos sempre presentes na permanente disputa político-ideológica numa sociedade de classes.

Mantemos a tarefa de reconstruir o partido, sua estrutura organizativa, seu programa e suas utopias. Temos convicção e esperança de que nestes 35 anos enraizamos experiências suficientemente fortes para que possamos superar as dificuldades, os obstáculos e consolidar nosso projeto de transformação social com a mesma determinação com que resistimos à ditadura militar e enfrentamos os duros anos de avalanche neoliberal. Por isso é tão importante a reforma político-eleitoral e a construção de novas formas de gestão pública, de democracia participativa (Orçamento Participativo, conselhos, conferências, plebiscitos) sem os quais ficamos reféns de uma governabilidade sustentada por acordos no Congresso Nacional.

Nossa consciência está alicerçada na realidade de que os grandes conflitos e anseios

da maioria esmagadora da população brasileira, que deram sustentação e respaldo ao projeto petista, continuam presentes e necessitando de um Partido com as nossas origens e com a nossa trajetória. Confiamos, nestes 35 anos, que o principal antídoto que desenvolvemos foi nossa democracia interna e, através dela, a capacidade de reagir a equívocos e erros e continuar avançando. Daí a importância do próximo 5º Congresso marcado para este ano. Oportunidade ímpar para o balanço profundo e criterioso do governo, de suas políticas sociais e das alianças que o sustentam. Faremos o 5º Congresso no calor de um quarto mandato presidencial consecutivo. Mas, também sob a crise que atinge a Petrobras e atinge diretamente a capacidade de gestão do Estado.

A mesma ousadia que nos deu coragem de existir e construir o PT na adversidade, que construiu ricas experiências de lutas sociais, nos impulsiona para novos enfrentamentos. Um programa de transição ao socialismo exige-nos desenvolver, a cada momento, propostas e lutas que signifiquem saltos de qualidade na prática e na consciência de seus protagonistas, isto é, os trabalhadores e o povo brasileiro. É flagrante que nas grandes empresas estatais e bancos públicos não modificamos, não avançamos em quase nada, novas políticas de envolvimento e de gestão, estimulando e criando protagonismo de seus trabalhadores na gestão dessas empresas.

A utopia, a conquista de uma sociedade socialista, que nos impele a continuar lutando, não é e não será fruto de um decreto ou da crença em um momento mágico no futuro. A construção dessa estratégia passa pelas conquistas que sejam compreendidas pela consciência das pessoas, que as estimulem a lutar e as preparem para novos enfrentamentos.

Democracia e socialismo são indissociáveis. Não há utopia sem alteração na correlação de forças, sem disputa concreta de relações de poder político em que, permanentemente, as classes dominadas façam sua experiência de organização e consciência. Esta se constrói no dia a dia das conquistas parciais, no acúmulo de forças, na construção partidária, na educação política e na confiança de dezenas de milhões de pessoas para quem somos alternativa.

As tarefas centrais do período que se abriu com as eleições de 2010 foram consolidar e aprofundar o crescimento econômico do País, com expansão do emprego, forte distribuição de renda, equilíbrio macroeconômico, redução da vulnerabilidade externa e preservação ambiental, e isso necessita ser feito em plena crise mundial do capitalismo com todas as implicações que isso acarreta para manter o crescimento econômico.

No centro dessas tarefas está a meta de eliminar a pobreza absoluta, objetivo maior para lograr uma efetiva democracia econômica e social. O fortalecimento desta, da qual depende em grande parte a democracia política, passa igualmente pelo aprofundamento de políticas públicas para as áreas de educação, saúde e segurança pública, bem como pela instituição de um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil.

O país necessita dar continuidade ao fortalecimento de sua infraestrutura física e energética e à implementação de uma política industrial baseada em grande medida na inovação tecnológica. O fortalecimento desse novo desenvolvimentismo que o Brasil vem implementando nos últimos anos é condição essencial para assegurar nossa presença soberana no mundo, mediante o prosseguimento de uma política externa ativa e ativa que assegure lugar privilegiado para o Brasil e para a América do Sul no mundo multipolar em formação.

Cabe ao PT ser a principal base de apoio do governo Dilma, mas também lhe corresponde a tarefa de servir de elo com a sociedade, especialmente com as demandas dos trabalhadores e dos excluídos. Cabe, também, ao PT empenhar-se no aprimoramento de nosso sistema democrático, mediante a luta pela realização de uma reforma política, que é a condição necessária para fortalecermos a democracia e o sistema representativo, bem como para aprofundarmos o desenvolvimento de instrumentos de democracia participativa.

Essa reforma é indispensável para a consolidação de um sistema partidário baseado em valores democráticos, republicanos, que consolidem a verdadeira soberania popular. A democracia participativa precisa ser a estratégia central na nossa luta por uma sociedade socialista. Esta é a encruzilhada em que nos encontramos após a difícil vitória no ano passado. A possibilidade de continuarmos avançando reside na nossa capacidade de romper o círculo vicioso imposto pelo sistema político eleitoral e pela política de alianças, que resulta numa governabilidade que sufoca cada nova tentativa de avanço. A vitória da presidenta Dilma não pode obscurecer que o PT – apesar dos feitos dos nossos governos – diminui a cada eleição sua representação federal. Hoje, não passamos de 13% da Câmara Federal. A razão primeira, certamente, é o sistema político eleitoral, mas além disso é o descrédito partidário, a incapacidade de atração da juventude e a passividade da subordinação a uma política de alianças que nos aprisiona e nos torna mais gestores da ordem do que da mudança e da utopia que movem as grandes lutas e transformações.

A luta pela reforma político-eleitoral depende da nossa iniciativa, mas depende, tam-

bém, da relação de forças no Congresso, na sociedade. Dependerá, principalmente, da capacidade de mobilização dos movimentos sociais que já lutam, há anos, pela participação popular, pela construção dessa reforma via plebiscito e constituinte exclusiva para realizá-la com efetiva soberania popular.

Por fim, nosso maior desafio, e este depende exclusivamente de nós, do nosso governo federal, é acreditar na participação popular na gestão pública. Este é o caminho para consolidar a vitória eleitoral de 2014, que foi heroica, dramática.

Da mesma forma, o PT e o governo precisam enfrentar o problema da política de alianças expressa hoje no Congresso. Não é razoável coexistir com uma coalizão que não tenha fidelidade mínima com o programa do governo. Aceitar uma composição ampla e contraditória já é um problema. Não ter a correspondente disciplina e fidelidade às iniciativas governamentais é algo esquizofrênico e suicida. A busca de uma identidade maior com alguns partidos e o correspondente trabalho comum nas frentes sociais e mesmo no Parlamento é imperativo, assim como já ocorre na ação comum de várias centrais sindicais.

Nosso caminho é acreditar no protagonismo da sociedade através do aprofundamento dos mecanismo de participação direta da população nos Conselhos Setoriais já existentes e nos mecanismos de participação organizada nas esferas estaduais e municipais. Assim, a cidadania alcançará as condições para exercer sua hegemonia, através do seu próprio protagonismo.

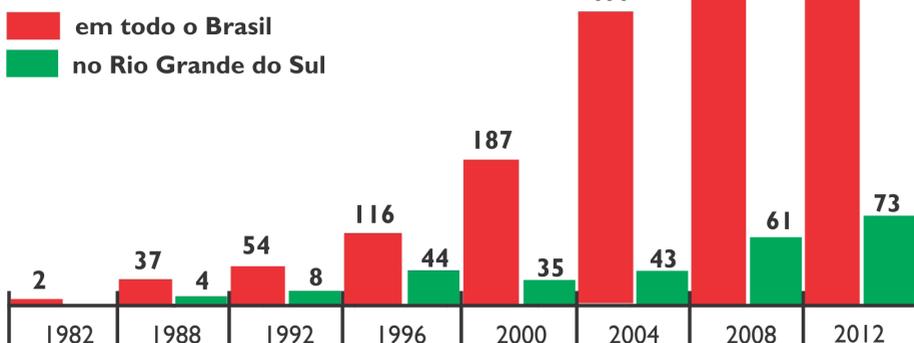
Essa é a estratégia que reivindicamos. Essa é a utopia que nos mantém militando, mantém o partido e os milhões que nos levaram à vitória e querem dar sustentação a mais um mandato da presidenta Dilma.

Porto Alegre, 5 de janeiro de 2015

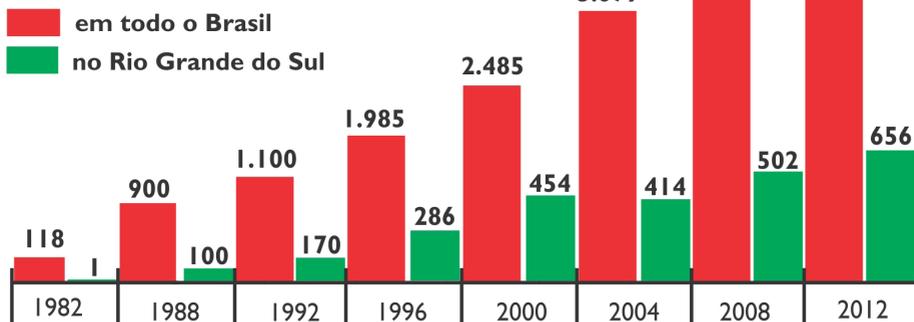
# Estatísticas do PT

Dados fornecidos pela Secretaria Nacional de Organização do PT, Tribunal Superior Eleitoral e PT/RS

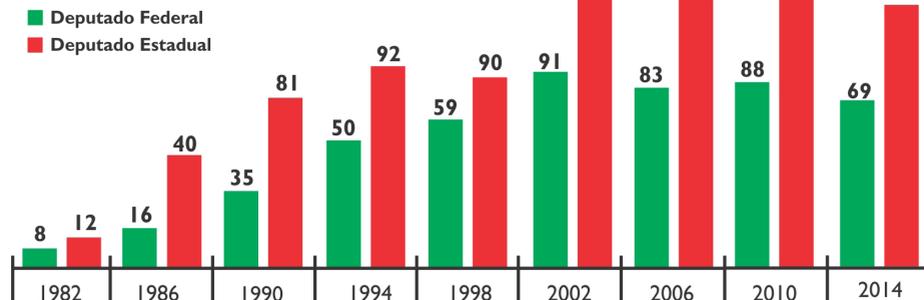
Evolução do número de prefeituras administradas pelo PT



Evolução do número de vereadores eleitos pelo PT



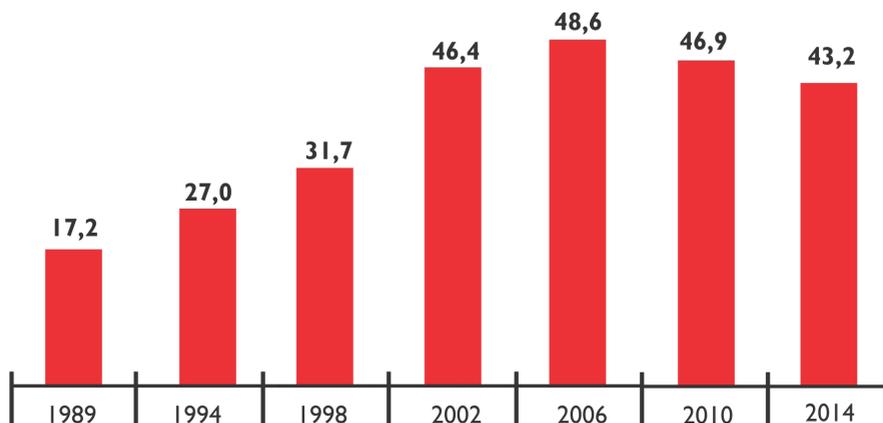
## Evolução do número total de deputados eleitos pelo PT



## Evolução do número da bancada do PT no Senado



## Evolução dos votos válidos da candidatura do PT no 1º turno das eleições presidenciais (em milhões de votos):



Quadro comparativo da evolução partidária  
na Câmara Federal (1998-2014)

<b>PARTIDO</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
<b>PT</b>	<b>59</b>	<b>91</b>	<b>83</b>	<b>88</b>	<b>69</b>
PMDB	83	74	89	78	66
PSDB	99	71	66	54	54
PSD	-	-	-	-	37
PFL/DEM	105	84	65	43	22
PL/PR	12	35	25	41	34
PPB/PP	60	49	41	41	36
PSB	18	22	27	34	34
PDT	25	21	24	28	19
PTB	31	30	23	21	25
PSC	2	1	9	17	12
SDD	-	-	-	-	15
PCdoB	7	12	13	15	10
PROS	-	-	-	-	11
PV	1	5	13	15	8
PPS	3	15	22	12	10
PRB	0	0	1	8	21
PMN	2	1	3	4	3
PSOL	0	0	3	3	5
PTdoB	0	0	1	3	1
PHS	0	0	2	2	5
PRP	0	0	0	2	3
PRTB	0	0	0	2	1
PTC	0	0	3	1	2
PSL	1	1	0	1	1
PTN	-	-	-	-	4
PSDC	0	1	0	0	2
PEN	-	-	-	-	2
OUTROS	5				
<b>Total</b>	<b>513</b>	<b>513</b>	<b>513</b>	<b>513</b>	<b>513</b>

# Histórico partidário

## ATO NACIONAL DE LANÇAMENTO DO PT

**10 de fevereiro de 1980 – Colégio Sion – São Paulo (SP)**

Aprova por aclamação, o Manifesto de Lançamento do PT.

Primeiros signatários do Manifesto: Mário Pedrosa, crítico de arte, fundador do Seminário Vanguarda Socialista em 1945; Manoel da Conceição, líder camponês do Nordeste; Sérgio Buarque de Holanda, jornalista, sociólogo e historiador; Lélia Abramo, atriz; Paulo Freire, educador (representado por Moacir Gadotti); e Apolônio de Carvalho, respeitado militante de esquerda.

Presentes: 1.200 militantes.

Estados representados: 18

Requisitos para credenciamento: 1 representante para cada grupo de 21 militantes de núcleos, mais os líderes e dirigentes sindicais indicados pelos núcleos ou pelas regiões.

## REUNIÃO NACIONAL DE FUNDAÇÃO DO PT

**31 de maio e 1º de junho 1980 – Instituto Sedes Sapientiae – São Paulo (SP)**

Elege a Comissão Diretora Nacional Provisória, conforme a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que tem atribuição viabilizar o registro provisório do partido até a Convenção Nacional e a eleição da primeira direção.

Aprova o Programa, o Plano de Ação e o Estatuto e referenda o Manifesto de Lançamento, aprovado no ato de 10 de fevereiro

Presentes: 242 delegados.

Estados representados: 23 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, SC, SE E SP).

## 1º ENCONTRO NACIONAL

**8 e 9 de agosto de 1981 – Assembleia Legislativa – São Paulo (SP)**

Elege o 1º Diretório Nacional.

Aprova a resolução *Eleições* que indica que “o PT deve lutar por eleições livres e diretas em 1982 e 1984” e defende o lançamento de candidaturas do partido em todos os níveis nas eleições de 1982, “correndo em faixa própria e preservando sua independência política”.

Aprovada também cinco resoluções sobre o *Regimento Interno*, regulamentando núcleos e Encontros.

Na resolução *Desemprego*, o partido assume “como sua bandeira central, a luta contra e desemprego, conclamando os trabalhadores do campo e da cidade a empunhá-la” e convoca uma reunião de articulação dos sindicalistas petistas e independentes para preparar uma intervenção unificada da Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras).

## 1ª CONVENÇÃO NACIONAL

**27 de setembro de 1981 – Brasília (DF)**

Referenda o 1º Diretório Nacional, eleito pelo 1º Encontro Nacional, bem como o *Manifesto de Lançamento*, o *Programa e o Estatuto*, aprovados em 1980. Nesse momento, o partido já está legalizado em 16 estados, conforme a legislação. O *Discurso de Lula*, caracterizando o PT como um partido socialista é aprovado como documento básico do PT.

Presentes: 47 delegados (dos 51 aptos a votar)

Estados representados: 16 (AC, AM, CE, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PI, PR, RJ, RS, SC E SP) e 1 território federal: RO

## 2º ENCONTRO NACIONAL

**27 e 28 de março de 1982 – Instituto Sedes Sapientiae – São Paulo (SP)**

Aprova a plataforma eleitoral nacional Trabalho, Terra e Liberdade para as eleições de novembro. Seus eixos são: 1. Sem liberdade a vida não vai mudar, pelo fim da Ditadura Militar; 2. Num país tão rico, é possível acabar com a fome; 3. Trabalhador do campo: terra e melhores salários; 4. Não é por falta de tijolo que o trabalhador não tem onde morar; 5. Neste país, há pouca saúde e muito lucro com a doença; 6. A educação e a cultura são um direito e não um privilégio de classes; 7. Somos todos iguais: chega de discriminação; 8. No dinheiro do povo ninguém pode meter a mão; 9. Com os contratos de risco, os tubarões pouco arriscam e muito petiscam; 10. O poder para os trabalhadores e o povo; 11. A luta dos trabalhadores é a mesma em todo mundo; 12. Só

o socialismo resolverá de vez os nossos problemas.

Aprova também a *Carta Eleitoral do PT*, onde aponta seus objetivos com a disputa eleitoral, o eixo da tática eleitoral do PT, uma proposta para o conteúdo geral da campanha, além de definir um conjunto de compromissos dos candidatos do partido.

Inscritos: 369 delegados

Estados representados: 24 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE E SP) e um território federal: AP.

## 3º ENCONTRO NACIONAL

**6 a 8 de abril de 1984 – Pampas Palace Hotel, São Bernardo do Campo (SP)**

Elege o 2º Diretório Nacional

Aprova as Teses para a Atuação do PT que “representa uma tomada de posição sobre a situação atual do Partido dos Trabalhadores e do momento político brasileiro”. Estão formuladas como *Teses Organizativas e Teses Políticas*.

Aprova o *Regimento Interno*, consagrando a figura do núcleo como organismo de participação e de decisão da base partidária. Aprova a intensificação da luta pelas eleições diretas para presidente da República, o que inclui um firme posicionamento contra o Colégio Eleitoral e conclama todos os partidos de oposição a boicotá-lo e a não participarem de qualquer processo de eleições indiretas.

Outros documentos aprovados: *Resoluções sobre a Fundação Wilson Pinheiro, Resolução sobre Finanças e Nota à Imprensa sobre a Campanha Diretas-já*.

Presentes: 287 delegados

Estados representados: 24 (AC, AL, AM, BE, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE E SP) e 1 território federal: AP.

## ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO

(REUNIÃO AMPLIADA DO DIRETÓRIO NACIONAL)

**12 e 13 de janeiro de 1985 – Diadema (SP)**

Sem quórum para realizar o Encontro, o Diretório Nacional ampliado ratifica o boicote ao Colégio Eleitoral, que egeria a chapa Tancredo e Sarney, no documento Contra o Continuismo e o Pacto Social e aprova *A Política de Organização do PT*.

De acordo com a Ata do Encontro, a Comissão Executiva Nacional, “em reunião realizada nos dias 5 e 6, havia adiado e confirmado a realização do Encontro Nacional para a data de 12 e 13 de janeiro, com base no fato de que o número de delegados eleitos

em Encontros Regionais permita o quórum estabelecido no Regimento Interno (114 delegados, equivalendo à metade mais um de delegados correspondentes a 225.000 filiados). Todavia, havia chegado ao conhecimento da CEN, após aquela reunião, que o real número de filiados do PT em todo o país era de 298.000 e não de 225.000. O novo número de filiados elevou o quórum exigido pelo Regimento para que as decisões do Encontro Nacional pudessem assumir um caráter de deliberação válida para o conjunto do partido. Sendo assim, o Diretório Nacional se comprometia de endossar como suas as decisões do Encontro Nacional, e ao mesmo tempo, passariam a ser considerados delegados no Encontro, com direito a voz e voto, os membros do DN que não houvessem sido eleitos delegados nos Encontros Regionais”.

Tese guia: por votação, foi adotado o texto aprovado no Encontro Regional de São Paulo realizados nos dias 15 e 16 de dezembro de 1984.

Credenciados/participantes: 148 delegados.

## 4º ENCONTRO NACIONAL

**30 de maio a 1º de junho de 1986 – Hotel Danúbio – São Paulo (SP)**

Elege o 3º Diretório Nacional e amplia o número de membros para 80, incluídos os suplentes.

Aprova a *Linha Sindical do Partido dos Trabalhadores*, um *Documento Eleitoral Básico* que “estabelece como plataforma para as eleições de 1986 uma série de objetivos prioritários para o PT” e um Plano de Ação Política e Organizativa do PT para o período 1986/87/88, que analisa o estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, as perspectivas de transformações na direção do socialismo, a transição e crise da burguesia, o pacote econômico e o Congresso Constituinte, além de traçar as tarefas políticas e organizativas e as propostas imediatas para o partido. Pronuncia-se sobre os recursos eleitorais apresentados por filiados de Alagoas, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia e aprova a resolução *Constituinte*, que propõe que o DN “assuma esta questão como prioritária” e crie Comitês Constituintes em níveis estaduais e nacional para receber e sistematizar propostas para a elaboração de uma “Constituição Popular”, a partir do anteprojeto elaborado pelo jurista Fábio Konder Comparato e editado sob o título *Muda Brasil*, pela editora Brasiliense.

Presentes: 334 delegados credenciados, 326 votantes.

Estados representados: 24 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE E SP) e 1 território federal: AP.

## 5º ENCONTRO NACIONAL

4 a 6 de dezembro de 1987 – Senado Federal – Brasília (DF)

Elege o 4º Diretório Nacional.

Aprova uma série de *Resoluções Políticas*, que formulam a “estratégia democrática e popular”, na qual a luta pela conquista do governo (que não se confunde com o poder) é concebida como eixo articulador da estratégia de luta pelo socialismo no Brasil; um *Programa democrático-popular* que abrange reivindicações de interesse dos trabalhadores e uma *Política de Alianças do PT*, estratégica, abarcando alianças no campo de classe trabalhadora e no campo democrático e popular.

Atualiza a resolução aprovada no 4º Encontro com o item *A Política Sindical do PT* e aprova uma outra sobre *O PT e o Movimento Popular*, além de posicionar-se sobre *O Centenário da Abolição as Escravatura, A Campanha Eleitoral de 1988 e A Construção do PT*, aprovando, entre outras, as *Resoluções de Tendências e sobre Proporcionalidade*. Como decorrência da resolução sobre Tendências, o DN aprova, em 1990, o documento “Regulamentação das Tendências Internas”, anexado, nesta publicação, às deliberações do 5º Encontro. Finalmente, lança a candidatura de Lula à Presidência da República.

Outras resoluções aprovadas: *O Momento Atual e as Tarefas do PT; Objetivo Estratégico do PT: Socialismo; As Táticas do PT*.

Presentes: 368 delegados.

Estados representados: 23 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, e SP) e 1 território federal: AP.

## 6º ENCONTRO NACIONAL

16 a 18 de junho de 1989 – Colégio Caetano de Campos – São Paulo (SP)

Aprova o documento *O Momento Atual e as Nossas Tarefas* que, vendo o PT como o principal partido de oposição a partir da correlação de forças criada com os resultados eleitorais de 1988, indica que o Programa de Governo Democrático Popular e o próprio Governo Democrático Popular, “instrumentos capazes de viabilizar a alternativa dos trabalhadores à crise política atual, na ordem do governo, podem, entretanto, vir a abrir condições para a disputa de uma alternativa de poder”.

Formaliza a candidatura de Lula para a eleição presidencial de 1989 e aprova as resoluções *As Eleições Presidenciais e a Candidatura Lula, Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo e As Bases do PAG* (Plano de Ação de Governo).

Este Encontro foi marcado pela realização de dois atos: o primeiro, de repúdio ao massacre dos estudantes e trabalhadores chineses e o segundo em comemoração ao 10º

aniversário da conquista da anistia no Brasil.

Presentes: 543 delegados

Estados representados: 25 (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP e TO).

## 7º ENCONTRO NACIONAL

**31 de maio a 3 de junho de 1990 – Palácio de Convenções do Anhembi – São Paulo (SP)**

Eleger o 5º Diretório Nacional.

Aprova a resolução *O Socialismo Petista*, onde reafirma sua análise sobre o sistema capitalista e procura “consolidar, sinteticamente, o acúmulo partidário no que se refere ao socialismo” posicionando-se, inclusive, sobre o colapso do socialismo burocrático no Leste Europeu.

Na resolução *Construção Partidária* aprova, entre outras questões relativas à organização e funcionamento do Partido, a “composição proporcional em todas as instâncias de direção, com representação de todas as chapas que alcancem 10% de votação nos Encontros”. Esta deliberação é incluída no Regimento Interno do PT.

Em *Conjuntura e Tática*, avalia a eleição de Collor, o Plano Collor, o novo momento político e situa-se perante as eleições de 1990, além de aprovar um Plano de Ação para o Diretório Nacional e análises sobre as prefeituras petistas e sobre a questão agrária no país.

Presentes: 568 delegados.

Estados representados: 26 (AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP e TO).

## I CONGRESSO NACIONAL

**27 de novembro de 1991 – São Bernardo do Campo (SP)**

Retoma a discussão sobre o socialismo na nova situação internacional aberta pelo fim da URSS, reafirma sua posição socialista, aprofunda a discussão sobre a disputa de hegemonia na estratégia do PT e situa o lugar das eleições de 1994 na intervenção do Partido. Procura também sistematizar as discussões sobre construção partidária, aprova uma nova política de organização que inclui 30% de participação das mulheres em todas as instâncias de direção (cotas) e 10% do orçamento partidário para a formação política, também em todas as instâncias.

Resoluções aprovadas:

- 1 – Socialismo
- 2 – Partido
- 3 – Conjuntura

Presentes: 1196 delegados, 406 observadores e 300 convidados, além de 110 representantes de organizações e partidos progressistas de esquerda.

Estados representados: 26 (AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP e TO)

## 8º ENCONTRO NACIONAL

**11 a 13 de junho de 1993 – Centro de Convenções – Brasília (DF)**

Elege o 6º Diretório Nacional.

Aprova a resolução ‘Por um governo Democrático-Popular’ onde a conquista do governo é concebida como resultado de uma ampla mobilização de massas e uma alavanca para a realização de reformas estruturais e avalia que “a crise política, econômica e social brasileira só terá solução com a vitória do campo democrático e popular”. Afirmo também que “A vitória em 1994 consolidará o PT – e sua experiência de governo – como uma referência para o movimento socialista internacional” e indica, finalmente, o caráter antimonopolista, antilatifundiário e antiimperialista de seu programa, capaz de promover uma verdadeira revolução democrática no Brasil, com a quebra do controle dos monopólios sobre a economia, a democratização do Estado e da propriedade da terra e uma inserção soberana do país no cenário mundial.

No documento “O Momento Político” avalia o governo Itamar Franco e posiciona-se em relação as outras forças políticas existentes no país.

Delegados eleitos: 530. No momento da escolha da tese-guia 499 delegados votaram; na escolha da direção 518 votaram.

## 9º ENCONTRO NACIONAL

**29 de abril a 1º de maio de 1994 – Brasília (DF)**

Aprova as resoluções “A conjuntura e a campanha”, “Fidelidade Partidária” e “Carta Eleitoral” que situam o PT na disputa de 1994 e definem os objetivos do Partido e os compromissos dos candidatos no processo eleitoral e posteriormente, se eleitos. Retifica o documento 1994: *Uma revolução democrática no Brasil, Bases do Programa de Governo*.

Lançamento oficial da candidatura Lula Presidente.

Presentes: 440 delegados.

## 10º ENCONTRO NACIONAL

18 a 20 de agosto de 1995 – SESC, Guarapari (ES)

Aprova um texto sobre *Conjuntura Nacional* que caracteriza o governo FHC como um governo de perfil neoliberal porque expõe o sistema produtivo nacional à concorrência internacional predatória, debilita o necessário papel regulador do Estado na economia e ameaça as já precárias garantias sociais das classes trabalhadoras. Afirma também que alterar essa conjuntura supõe reforçar e potencializar as lutas sociais, concluindo que a oposição que o PT vai desenvolver contra o governo FHC é global. Não trata apenas de resistir a este ou aquele aspecto do Programa de Governo, pois nossa divergência não se limita a aspectos isolados de sua orientação mas ao próprio fundamento do Programa. Esse texto tem ainda o objetivo de situar o PT para as eleições de 1996.

A resolução sobre *Construção Partidária*, atualiza a posição dos petistas com relação às questões de ordem interna e de organização, e “O PT e os Movimentos sociais” avalia o papel das secretarias de Movimentos Populares, Agrária e Sindical na conjuntura. Finalmente, em *Resolução Sobre os Petistas e a Comunidade Solidária*, orienta governos, parlamentares e filiados a combaterem o Programa que na verdade “traduz-se em instrumento de cooptação política do governo federal.”

Presentes: 414 delegados.

## 11º ENCONTRO NACIONAL

28 a 30 de agosto de 1997 – Hotel Glória, Rio de Janeiro (RJ)

Decide na “Carta do Rio de Janeiro” ‘articular uma candidatura presidencial e uma plataforma de governo capazes de constituir uma frente de partidos, segmentos sociais, personalidades e entidades democráticas, construir um pólo de disputa e lançar as bases de um caminho alternativo para o nosso país.’

Reafirma que “o avanço das lutas populares é o principal instrumento de resistência ao projeto neoliberal e sustentação de alternativa de governo democrático e popular”. Aprova uma agenda de mobilizações, que tem como eixos a *Campanha José Rainha é Inocente* e a participação dos militantes do Partido no 3º Grito dos Excluídos.

Posiciona-se pela realização de um Encontro Nacional Extraordinário com os mesmos delegados deste Encontro e pela realização do II Congresso do PT, no primeiro semestre de 1998.

Credenciados: 552 delegados.

# ENCONTRO EXTRAORDINÁRIO

23 e 24 de maio de 1998 – São Paulo (SP)

Aprova a chapa Lula-Brizola para as eleições de 1998 e as Diretrizes de Programa de Governo, além de posicionar-se sobre os recursos eleitorais dos petistas do Rio de Janeiro, Pernambuco, Acre e Amazonas.

Presentes: 543 delegados.

## II CONGRESSO NACIONAL DO PT

24 a 28 de novembro de 1999 – Belo Horizonte (MG)

Aprova o “Programa da Revolução democrática”, que tem três eixos fundamentais: o social, o democrático e o nacional, que se traduzirão em um conjunto de reformas econômicas e políticas a serem implementadas por uma ampla coalizão de forças sociais e políticas.

São aprovadas as resoluções sobre o Socialismo Petista, sobre o Crime Organizado, sobre os 500 anos; formação política; pessoas portadoras de deficiência; comunicação, meio ambiente e finanças partidárias.

Delegados presentes: 441.

## XII ENCONTRO NACIONAL DO PT

14 a 26 de dezembro 2001 – Recife (PE)

O 12º Encontro aprova a resolução *Um outro Brasil é Possível* que avalia o governo FHC, apresenta alternativas e defende uma ampla política de alianças para derrotar o governo tucano nas eleições de 2002. Também divulga o documento “Diretrizes do Programa de Governo para 2002”.

Resoluções aprovadas: Um Outro mundo é possível, Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil, Prévia Nacional, Construção Partidária.

Delegados presentes: 538.

## XIII ENCONTRO NACIONAL DO PT

28 a 30 de abril de 2006 - Quadra do Sindicato dos Bancários - São Paulo, SP

O foco dos debates foram os desafios da campanha à reeleição do Presidente Lula. Fo-

ram aprovados dois documentos básicos: *Conjuntura, Tática e Política de Alianças*; e *Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo*. Ambos foram aprovados por consenso.

Reuniu 1068 delegados estaduais, 335 convidados e 79 observadores

## III CONGRESSO NACIONAL DO PT

**31 de agosto a 2 de setembro de 2007 - São Paulo, SP**

Foi aprovada uma nova redação para a resolução do Socialismo Petista. Além disso foram aprovadas as resoluções: *O Brasil que Queremos*; e *PT: Concepção e Funcionamento*. Sobre esta última resolução, cabe destacar que foi neste congresso que a JPT deixou de ser uma setorial, sendo promovida a um órgão do próprio partido, com maior investimento político do PT. Neste Congresso também foi aprovado um Código de Ética para o partido, cuja redação final foi aprovada posteriormente pelo Diretório Nacional.

Reuniu 927 delegados estaduais e mais de 100 observadores estrangeiros.

## IV CONGRESSO NACIONAL DO PT

**1ª etapa: 18 a 20 de fevereiro de 2009 - Centro de Convenções Ulysses Guimarães - Brasília, DF.**

As discussões, nesta etapa, foram fundamentalmente sobre os pontos de Tática, política de alianças; Diretrizes do Programa de Governo e candidaturas para as eleições 2010.

Foram eleitos para o IV Congresso um número total de 1.350 delegados durante o PED 2009.

**2ª etapa – (etapa estatutária): 02 a 04 de setembro de 2011 - Centro de Eventos Brasil 21 - Brasília, DF.**

Nesta etapa do IV Congresso foram aprovadas uma série de mudanças estatutárias no PT, onde destacam-se as seguintes alterações:

- Processo de Filiação: a obrigatoriedade de participar de uma reunião de formação política para o filiado ter sua filiação homologada pelo partido.
- Tornou obrigatória a participação política em atividades partidárias para assegurar o direito de voto pelo filiado/a.
- Os Mandatos das Direções passam a ser de quatro anos.
- Critério de gênero: fica aprovada a paridade de gênero na composição das direções, delegações, comissões e nos cargos com função específica de Secretarias.

- Critério geracional: Todas as chapas e direções deverão conter, no mínimo, 20% de componentes com menos de 30 anos de idade.
- Critério étnico-racial: Todas as chapas e direções deverão obedecer critério étnico racial, a ser regulamentado pelo Diretório Nacional, levando-se em conta a composição populacional e dos filiados ao Partido, tomando como referência a participação mínima de 20% na direção.
- Limitação de número de Mandatos Legislativos: fica limitado a 3 (três) o número máximo de mandatos parlamentares consecutivos – vereador, deputado estadual e deputado federal. Começa a contar para vereador em 2012 e para deputados em 2014.

## V CONGRESSO NACIONAL DO PT

**12, 13 e 14 de dezembro de 2013 – Brasília (DF)**

Etapa de abertura

Nesta etapa, foi dada posse a direção partidária eleita no último PED e apresentou-se como texto-base um documento elaborado por Ricardo Berzoini e Marco Aurélio Garcia. Aprovaram-se moções sobre temas pontuais e variados, ficando as discussões de fogo para a etapa seguinte do V Congresso em 2015.

Delegados eleitos no PED de 2013.

## XIV ENCONTRO NACIONAL DO PT

**2 e 3 de maio de 2014 - Centro de Convenções do Anhembi - São Paulo (SP)**

Foi aprovada a Resolução sobre tática eleitoral e política de alianças para a campanha de reeleição da presidenta Dilma, assim como as Diretrizes do Programa de Governo para o período 2015-2018.

**Fonte:** PT - Resoluções de Encontros e Congressos e Programas de Governo: 1979-2002. *Edição - Fundação Perseu Abramo, SP, 2005. Os dados e informações a partir de 2006 – XIII ENPT, foram resumidos das publicações e dados disponíveis na Secretaria Nacional de Organização.*



# Raul Pont

Publicação do gabinete do deputado estadual Raul Pont - PT/RS -  
Nº102 Janeiro/2015 - (51) 3210.1300 - [www.raulpont.com.br](http://www.raulpont.com.br)